

“Movimento é movimento, governo é governo”?: a luta por moradia e a política habitacional em São Paulo

Stella Zagatto Paterniani¹

Resumo

Este artigo refere-se a um projeto de pesquisa em andamento que visa etnografar a extensão e os deslocamentos da relação entre movimentos de moradia e administração municipal na cidade de São Paulo, Brasil, considerando o envolvimento de militantes do movimento no processo eleitoral da última gestão municipal na cidade, durante o ano de 2012. Essa gestão, do Partido dos Trabalhadores (PT) sucede gestões do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e dos Democratas (DEM) e enfatizou, em sua propaganda eleitoral, a não-continuidade em relação a essas gestões. No que diz respeito à extensão e deslocamentos dessa relação, neste artigo circunscrevo a *luta* a histórias narradas por militantes da ocupação Mauá e teço algumas considerações sobre tratamentos dados por diferentes gestões municipais da cidade a casos de política habitacional. Minha hipótese é que *movimento* e *governo* são coletividades ao mesmo tempo reais e ficcionais – que, justamente por isso, operam politicamente.

Palavras-chave: coletividades, movimentos sociais, centro de São Paulo, ocupações, etnografia da política.

Abstract

This paper refers to a research in progress which aims to make an ethnography of the extension and displacements of the relation between housing movements and public administration in the city of Sao Paulo, Brazil, considering the involvement of militants from the housing movement in the most recent process to elect the major of the city, in 2012. The elected administration, from the Labour Party (PT), comes after administrations from two other Brazilian parties and emphasized, during its electoral campaign, the non-continuity in what concerns to those two other administrations. Concerning the extension and displacements of the relation, in this article I approach the *struggle* [*luta*] from stories that people who live in Mauá squatting tell. I also write about the ways different administrations have dealt with housing policy. My hypothesis is that *movement* [*movimento*] and *government* [*governo*] are collectivities both real and fictional – and being so, act politically.

Keywords: collectivities, social movements, São Paulo – center of the city, squattings, ethnography of politics.

1 Mestra em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Brasil), onde defendeu a dissertação "Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência", sob orientação da Profª Drª Suely Kofes. É ingressante no doutorado em Antropologia Social na Universidade de Brasília. Interessa-se pelos temas: Política, narrativas, pós-colonialismos, teorias da tradução. Contato: stella.paterniani@gmail.com.

Este artigo refere-se a um projeto de pesquisa em andamento que visa etnografar a extensão e os deslocamentos da relação entre os movimentos de moradia e a administração municipal na cidade de São Paulo, Brasil, considerando o envolvimento de militantes do movimento de moradia no processo eleitoral da última gestão municipal na cidade e os compromissos políticos feitos. Insisto na extensão e nos deslocamentos da relação porque a fronteira entre “movimento social” e “governo”, em termos nativos, não é clara, embora seja a todo o tempo destacada pelos próprios militantes. A frase “Movimento é movimento, governo é governo” foi ouvida por mim em distintas situações durante minha pesquisa de campo de mestrado (Paterniani, 2013).

O referencial do movimento de moradia para este artigo é a ocupação Mauá, na região da Luz, centro da cidade, e os três movimentos que a compõem. A gestão municipal atual é a do prefeito Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), eleito em outubro de 2012. Importante destacar que *a*) essa gestão sucede gestões do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB, 2005-2006) e dos Democratas (DEM, 2007-2012), tendo enfatizado, em sua propaganda eleitoral, a não-continuidade em relação a essas gestões e *b*) há outras duas gestões petistas da Prefeitura municipal da cidade que são referência para o movimento de moradia: as gestões de Luiza Erundina (1989-1992) e de Marta Suplicy (2001-2004). Para a abordagem que proponho, isto é, etnografia de deslocamentos de uma relação, importam, principalmente, as histórias e memórias que os militantes e moradores da Mauá narram e que dizem respeito às diferentes gestões municipais, bem como e as práticas cotidianas e formativas na Mauá e dos movimentos que a compõem. Minha hipótese é que *movimento, Mauá e governo* são coletividades ao mesmo tempo reais e ficcionais – que, justamente por isso, operam politicamente. Neste artigo, no entanto, limitarei meu olhar a histórias e memórias narradas por militantes e moradores da ocupação Mauá e tecerei algumas considerações sobre diferentes tratamentos dados por diferentes gestões municipais da cidade a casos envolvendo escolhas referentes à política habitacional.

Em minha pesquisa de mestrado (Paterniani, 2013),² direcionei meu olhar para a

2 Este artigo apresenta desdobramentos de minha pesquisa de mestrado (Paterniani, 2013), que serão aprofundados, ainda, ao longo do doutorado. Para apresentar tais desdobramentos, no entanto, foi necessário recorrer a trechos de minha dissertação de mestrado e apresentar, de maneira resumida, alguns pontos lá presentes. Alguns dos argumentos, evidentemente, estão mais desenvolvidos na

Mauá, uma ocupação de imóvel ocioso no centro da cidade de São Paulo, que existe desde março de 2007³ e onde moram, atualmente, 237 famílias, com cerca de 180 crianças: aproximadamente 1300 pessoas. Antes de ser ocupado, naquele prédio funcionava um hotel. Por isso, a estrutura reconhecível de um hotel de meados do século XX: recepção, escadas de mármore, um pátio interno descoberto e corredores muito estreitos e escuros que dão acesso a quartos de cerca de 10m² – em cada quarto mora uma família.

Olhar para a Mauá significava também olhar para os três movimentos que a compõem – Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC), Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e Associação de Sem-Teto da Cidade de São Paulo (ASTC-SP) –, entendendo-os (tanto os movimentos como a própria Mauá) como coletividades não-estanques, múltiplas e plurais. Os movimentos e a Mauá compõem o movimento de moradia, um campo que defino como composto por pessoas reunidas que *lutam pelo direito à moradia digna para pessoas de baixa renda*, sendo que *baixa renda* caracteriza famílias cuja renda mensal é entre zero e três salários mínimos. Ocupações, manifestações, participação em conselhos e espaços de negociação com o Estado, eleição de representantes políticos institucionais (como vereadores), investimentos em ter boas relações com pessoas do governo, abaixo-assinados: todos são instrumentos de luta do movimento. Esses instrumentos de luta são ações políticas que proponho serem compostas por três elementos, nelas presentes em maior ou menor grau: resistência, reivindicação e prefiguração. Voltarei a isso nas considerações finais.

Percebi etnograficamente que, nesse campo, se as coletividades são contingentes e situacionais (e, por assim dizer, fluidas), por um lado, há, ao mesmo tempo e por outro lado, memórias e histórias de uma coletividade mais coesa constantemente reforçadas, adensadas e postas à espreita para enredar novos militantes e fortalecer essa coletividade-movimento enquanto tal, diferenciado de qualquer possível fusão ou confusão com outros atores. Essas coletividades não são homogêneas nem estanques; pelo contrário: são coletividades que a todo momento lidam com processos de incorporação e diferenciação e, ainda, contemplam a diferença. Situacionalmente, a

dissertação.

3 Filadelfo (2008) realizou uma etnografia em que conta o processo de ocupação da Mauá. Para mais detalhes sobre a Mauá, ver Paterniani (2013). Ver também o dossiê com registros fotográficos de Monteiro (2013).

coletividade pode se afirmar como mais ou menos inteiriça. Na Mauá, os movimentos vão se diferenciando internamente uns dos outros: cada movimento tem seu(s) andar(es), suas reuniões de base, seus mecanismos de quantificar e qualificar a participação das famílias,⁴ o vereador petista para quem faz campanha. Por outro lado, os mesmos participantes do movimento afirmam-se moradores da Mauá e, com isso, afirmam-na como inteiriça, coesa, perante antagonistas.⁵

É notável a relação do movimento de moradia com o Partido dos Trabalhadores. Ao longo de 2012, ano de eleições municipais, Nelson, liderança do MMRC, lamentou, em assembleia na Mauá, o fato de muitos sem-teto votarem em José Serra (PSDB), então candidato a prefeito: “É uma desgraça pra nós, trabalhadores de baixa renda”. A seguir, ao falar um pouco do candidato do PT, Fernando Haddad, arremata: “O PT é o partido que ainda fala um pouco a nossa língua”. Mas isso não é garantia de nada; sua fala, embora demonstre sua proximidade com o PT, é mesclada com a descrença na política, quando, logo em seguida, diz:

Mas não podemos esperar nada dos políticos ou da política. O que vai vir pra nós é com luta, muita luta. Nossa resistência, que tem que ser permanente. Não é dizer “Vamos eleger o Fernando Haddad que teremos casa”, mas sim: “Vamos elegê-lo e cobrá-lo”. É mentira dizer que ele vai dar casa. Só vai dar se tiver pressão popular. Tem outras reuniões que podem dizer isso, mas é mentira. (Nelson, 2012, registro em caderno de campo).

4 “Quando alguém entra no movimento, aprende que o critério para a conquista da moradia é sua participação; participação como família. Os programas governamentais, em sua maioria, reconhecem o movimento enquanto mediador: quando há oferecimento de moradias, dispõe para que o movimento faça a distribuição das vagas. Isso exige critérios para a distribuição interna do benefício, como dizem. O critério fundamental é a participação: participar de reuniões, assembleias, mutirões de limpeza e atividades comuns (quando moradores de ocupação), atos, ocupações. O instrumento para quantificar a participação é um sistema de pontuações. Para cada atividade de que participa, a família recebe um ponto. Quando sai uma demanda, as lideranças consultam um caderno onde consta a pontuação das famílias; quanto maior a pontuação, isto é, a participação, está-se mais perto de ser beneficiado.

O sistema de pontuações me parece o sistema de mediação encontrado pelos Movimentos para ocupar esse lugar ao mesmo tempo reivindicado pelo movimento (porquanto a gestão das moradias é responsabilidade do próprio movimento, autônomo perante o governo) e limitado pelo governo (uma vez que o outorgado número de moradias é sempre dissonante das reivindicações do movimento); uma mediação pra encontrar seu lugar na gestão da política pública. É um mecanismo amplamente aprovado pela base do movimento por garantir transparência e imparcialidade no processo de seleção dos beneficiários.” (Paterniani, 2013: 106)

5 Quando do pedido de reintegração de posse da Mauá, no início de 2012, o Batalhão da Polícia Militar convocou as lideranças para uma reunião. Poucas semanas depois dessa reunião, uma das lideranças da Mauá me disse que “lá fora [da Mauá] é tudo a mesma coisa”, “lá fora é comunidade Mauá”; durante a reunião com o Batalhão, numa pausa para um cigarro, outra liderança me disse que “o que está sendo discutido é o *prédio Mauá*”.

Há uma questão candente para os moradores da Mauá e os movimentos que a compõem: a luta para que as famílias de baixa renda tenham direito a morar dignamente *no centro da cidade*. O prédio localiza-se na Luz, região central que, desde os anos 1970, é alvo de projetos de revitalização e reforma de seus edifícios históricos e culturais. Além disso, a região da Luz é uma região que, desde 2003, pelo Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo,⁶ é demarcada como ZEIS: Zona Especial de Interesse Social, destinada à construção de moradia popular. Recentemente, as representações da região da Luz foram fortemente ancoradas na dicotomia Nova Luz/*cracolândia*. O Projeto Urbanístico Nova Luz⁷ previa a “requalificação urbana” de um polígono na região (em cuja rua limítrofe localiza-se a ocupação Mauá), com demolições de edifícios e implementações de empresas e prédios para serviços públicos; e valorização do patrimônio histórico e cultural, com vias a intensificar o setor de serviços e o capital imobiliário especulativo na região. O mesmo polígono recebeu, há alguns anos, a alcunha de *cracolândia*, que tem sido alvo de violentas operações que vinculam o governo municipal e estadual e a polícia militar do estado de São Paulo, eliminando dali os usuários de crack.⁸ A dicotomia Nova Luz/*cracolândia*, contudo, acaba sendo uma dicotomia que reflete um mesmo real: o real dos dominantes, para usar os termos de Deleuze (1985), pois o diagnóstico da degradação (contido no termo *cracolândia*) serve como justificativa para a revitalização (proposta pelo Nova Luz), e tanto o diagnóstico como o Projeto representam interesses exteriores aos das pessoas cujas vidas acontecem pela região.

A princípio prevista no Projeto Nova Luz, a demolição do prédio da Mauá foi evitada e o prédio foi retirado da área de impacto do Projeto: aos olhos dos moradores da Mauá, uma *conquista*, graças à participação no Conselho Gestor da ZEIS daquela área,

6 O Plano Diretor de São Paulo existe desde 1985; em 2002, contudo, foi reformulado (e passou a se chamar Plano Diretor *Estratégico*) e passou a contemplar alguns instrumentos de política urbana para moradores de baixa renda, como as ZEIS e os Planos Regionais das Subprefeituras.

7 É possível acessar o projeto no site da Prefeitura de São Paulo: <http://www.novaluzsp.com.br/projeto.asp>, acesso em 06/11/2013. Atualmente, o Projeto está engavetado – essa foi uma das primeiras ações que a administração Fernando Haddad tomou no que diz respeito às políticas de habitação na cidade. Para uma interessantíssima discussão acerca das compreensões da legalidade envolvendo o Projeto Nova Luz, ver Pacheco, 2012.

8 Taniele Rui (2012) realizou uma etnografia dos usuários de crack da região, cuja intenção é oposta à das ações policiais: “(...) eu fiz diferente do que fez a polícia, o governador e o prefeito: não tentei matar por asfixia e à força a “*cracolândia*”. Nessas páginas, ela e os outros lugares de uso [de crack] que visitei respiram, vivem.” (Rui, 2012: 15).

instituído para tentar sanar o conflito em relação à superposição de interesses – ZEIS e Nova Luz. Conquista rapidamente obscurecida, contudo, por outro acontecimento: poucos dias depois, a Mauá foi notificada de uma liminar de reintegração de posse, solicitada pelo proprietário do prédio e concedida pelo juiz.

Diante dessa notícia, um ato de rua foi realizado, no dia dezesseis de abril de 2012, véspera do dia em que se lembra o Massacre de Eldorado dos Carajás. Manifestantes reuniram-se na Mauá, pela manhã, e caminharam até o Fórum João Mendes, na Praça da Sé. No carro de som, ideias de vida e de morte apareciam com frequência: a sentença de reintegração de posse equivale a uma sentença de morte; ser despejado é uma sentença de morte. A caneta que assinou a reintegração de posse é uma “caneta assassina”, usada pelo mesmo “juiz assassino” que, anos atrás, assinara a liminar de reintegração de posse da Prestes Maia – outra ocupação, história na cidade de São Paulo, que retomarei alguns parágrafos adiante. Apareciam, também, avaliações e lembranças da relação com o poder público no passado recente da história política da cidade de São Paulo – boas referências às gestões de Luiza Erundina (PT, 1989-1992) e de Marta Suplicy (PT, 2001-2004) e condenação das gestões de José Serra (PSDB, 2005-2006) e Gilberto Kassab (atualmente do Partido Social Democrático mas, à época, dos Democratas, 2006-2012).

A gestão Erundina consolidou o mutirão autogestionário como instrumento de política pública. Teve como tônica valorizar a relação com os movimentos sociais, reconhecendo-o como um ator distinto do governo, respeitando e incentivando sua autonomia e participação na política pública (Cavalcanti, 2006). Mas se a participação popular foi marca da gestão, ela não se fez isenta de conflito, pelo contrário: era importante demarcar as diferenças entre “ser do governo” e “ser do movimento”, o que rendeu, muitas vezes, ocupações do gabinete da Secretaria Municipal de Habitação – sem gerar retaliação nem interromper o relacionamento (Cavalcanti, 2006: 69).

A gestão Marta Suplicy, por sua vez, evocou a gestão Luiza Erundina, especialmente no que diz respeito à política pública de habitação. Além disso, sua eleição ocorreu depois de oito anos de governos conservadores na prefeitura municipal (gestões de Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000)).⁹ Nas portas de alguns

⁹ Por motivo de escopo, não tratarei dessas gestões neste artigo. As informações de que são consideradas gestões conservadoras no que diz respeito à política habitacional por parte dos

apartamentos da Mauá, entre adesivos com mensagens religiosas e o número da Unidade Básica de Saúde escrito à mão há adesivos de propagandas políticas, muitos com a foto de Marta Suplicy, os dizeres “A esperança vai vencer de novo” e a estrela vermelha do PT com o número 13 dentro. Foi no primeiro ano de sua gestão que começou a maior ocupação vertical do Brasil – por onde passaram cerca de 500 famílias: a ocupação Prestes Maia, supracitada. A Prestes Maia tornou-se referência por seu tamanho, mas também por ter começado numa gestão da prefeitura e terminado em outra – da gestão Marta, que evocava a gestão Luiza Erundina, especialmente pela retomada da política habitacional de mutirão autogestionário e pela criação de programas de habitação de interesse social, como o Locação Social e o Bolsa Aluguel; à gestão Serra/Kassab, de uma coligação entre PSDB/DEM/PSD, que instaurou o Programa Nova Luz, realizou violentas reintegrações de posse e tinha prioridades para a política habitacional que não passavam pelo reconhecimento dos movimentos de moradia como interlocutores.

Ocupada em 3 de novembro, Carlos Filadelfo Aquino (2008), em sua etnografia, assim descreve a Prestes Maia:

O prédio é composto por dois blocos: um voltado para a Rua Brigadeiro Tobias, número 700, de 9 andares; e o outro de 22 andares na Avenida Prestes Maia, número 911. Originalmente funcionava no prédio a Companhia de Tecidos, cuja entrada era pelo bloco menor, onde ainda consta o nome da antiga empresa em sua fachada. (...) Além de suas amplas dimensões, capazes de comportar muitas famílias que vinham de condições precárias de moradia, a localização do prédio correspondia a um grande atrativo para muitos dos integrantes do movimento. A Prestes Maia é uma das avenidas de maior circulação da cidade, com grande concentração de variados tipos de serviços e uma das mais completas infraestruturas da cidade, com ampla oferta de transportes, saúde e educação. O prédio localiza-se muito próximo à Estação da Luz, o que corresponde a fácil acesso ao metrô e ao trem metropolitano. além disso, a região oferece linhas de ônibus para boa parte da cidade de São Paulo. Mas um dos principais motivos foram mesmo as oportunidades de geração de renda que essa região oferece, já que a maioria dos futuros moradores já trabalhava na região como ambulantes e catadores de material reciclável. (Filadelfo, 2008: 86-87)

A reintegração de posse do Prestes Maia ocorreu em 15 de junho de 2007. As famílias foram atendidas e o prédio continuou vazio (FLM, 2008). Heitor Frúgoli¹⁰

movimentos de moradia e que foram de partidos que historicamente não têm boas relações com movimentos sociais bastam, por ora.

10 Em um depoimento no encontro de formação interna do MMRC, no dia 21 de janeiro de 2012,

lembra que, após a violenta desocupação, as famílias tinham duas alternativas de atendimento: morar na periferia, em conjunto habitacional, ou optar por receber a Bolsa-Aluguel. Ele conta sobre a angústia que tomava conta das pessoas na hora dessa tomada de decisão: havia uma fila que todos deviam enfrentar, imensa. Ao fim da fila, devia-se declarar sua escolha a um representante da prefeitura. Frúgoli diz que a dificuldade da decisão era tamanha que muitas pessoas enfrentavam a fila sem conseguir resolver e, estando cara-a-cara com o representante da prefeitura, voltavam ao final da fila para ter mais tempo para decidir.

Mas, embora tenha evocado a gestão Erundina, a gestão Marta foi uma gestão com controvérsias. Na dissertação de Cavalcanti (2006)¹¹ há uma emblemática avaliação de uma liderança sobre a gestão Marta:

“Era um risco grande, né. De a gente acabar entrando em confronto muito forte com a Prefeitura. E desgastar muito mais que... o programa dela já não falava muito de habitação. Então eu acho que poderia ter pressionado mais, feito ocupação, só que desgastava muito mais. A gente tinha uma avaliação que ela ganhando o segundo mandato aí seria muito mais fácil, e infelizmente nós acabamos pecando talvez por não exigir mais da Marta, pressionando mais. E, por outro lado, pecando porque não conseguimos reeleger ela, reeleição.” (Cavalcanti, 2006: 125)

Assim, a avaliação do entrevistado é de que os movimentos de moradia “pecaram” duplamente. Primeiro, por não terem pressionado a então prefeita e seu programa que dava pouca atenção à pauta da moradia e da política de habitação, priorizando políticas de saúde e de educação; por outro lado, por não a terem reeleito, pois a ela seguiu-se a administração José Serra/Gilberto Kassab na cidade de São Paulo, avaliada pelo movimento de moradia como uma das gestões mais autoritárias da história recente da cidade no que diz respeito à política de habitação.

É emblemático de algumas das diferenças entre a gestão Marta e a gestão Serra/Kassab o processo que levou à demolição dos edifícios Mercúrio e São Vito, também no centro da cidade. Construídos na década de 1950, de estética brutalista, foram projetados numa época em que se estava em voga o uso misto das edificações. Assim, em ambos os edifícios, o térreo e a sobreloja tinham funções comerciais, e os mais de vinte andares de cada um, apartamentos residenciais. Nabil Bonduki escreve

no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, em São Paulo.

¹¹ A dissertação de Cavalcanti (2006) contém um rico material sobre a relação entre a União dos Movimentos de Moradia (UMM) e a gestão Marta Suplicy.

sobre os edifícios:

Embora fizessem parte da mesma estrutura construtiva, o São Vito e o Mercúrio formaram dois condomínios diferentes, sendo o primeiro dividido em 603 quitinetes e o segundo em 135 apartamentos de um quarto. Tratava-se de uma alternativa habitacional de baixo custo na área central da cidade. Embora pequenas, estas unidades serviam para quem buscava morar perto do trabalho, uma opção de moradia metropolitana que é necessária numa cidade como São Paulo. (Bonduki, 2010)

O arquiteto continua:

Mal administrado por anos, o São Vito tornou-se símbolo da degradação da área central, ingressando num conhecido processo de deterioração. Nada que fosse irreversível, mas era necessária uma intervenção do poder público, que ocorreu na administração da prefeita Marta Suplicy. (Bonduki, 2010)

Assim, por problemas de administração que levaram à deterioração do prédio, a então prefeita Marta Suplicy interviu. Seguindo as diretrizes do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, que preza pela recuperação das áreas centrais com moradia para famílias de baixa renda, a prefeita determinou, em 2003, a desocupação do prédio para sua reforma e transformação em habitação de interesse social. O São Vito e o Mercúrio estavam em áreas de ZEIS e, juntos, somavam mais de 700 apartamentos.

Mas a administração municipal mudou, e José Serra (PSDB) assumiu o lugar de Marta Suplicy (PT). Em 2005, Serra paralisou o Programa que incluía a reforma do São Vito e, em 2006, já com o vice-prefeito tendo assumido a prefeitura em razão da candidatura de Serra ao governo do Estado de São Paulo, a gestão de Gilberto Kassab (2006-2012) paralisou as obras do São Vito, com as famílias que ali moravam já tendo sido – a princípio, provisoriamente – realocadas para locais distantes do centro da cidade. A alegação era de que “a obra geraria unidades habitacionais de R\$ 80 mil reais, custo que seria superior ao que a prefeitura considerava o “teto” de uma habitação de interesse social” (Bonduki, 2010). O arquiteto continua, evocando, dentre outros, o argumento do direito à moradia digna, isto é, direito a morar num lugar em que se possa usufruir de serviços públicos de infraestrutura e ver outros direitos sociais sendo realizados:

Pouco importava para os competentes administradores do setor habitacional da prefeitura se a moradia fica na Cidade Tiradentes, gerando um elevado custo de mobilidade para moradores e de subsídio para a prefeitura, ou no centro, junto ao emprego. Desconsiderou-se que o edifício tinha um

excelente aproveitamento do solo, alojando centenas de famílias em um pequeno terreno. Não se preocupou em verificar o interesse patrimonial num edifício que faz parte de uma geração de empreendimentos que marcaram a metropolização da cidade. Não se calculou o passivo ambiental que a demolição iria gerar. (Bonduki, 2010)

Sob uma argumentação pouco precisa, os administradores públicos decidiram demolir não só o São Vito, mas também o Mercúrio, que estava sob administração razoável, e com moradores – que foram despejados de seus apartamentos, muitos recém-reformados. A Defensoria Pública entrou com ação que conseguiu uma ordem de suspensão da demolição, posteriormente contestada pela Prefeitura. A demolição fez parte do projeto de revitalização do Parque Dom Pedro II, começou em setembro de 2010 e terminou em maio de 2011.

Por fim, a gestão a que finalmente chegamos, e sobre a qual pretendo debruçar-me mais detida e continuamente nos próximos anos de pesquisa, e à qual me referia no início deste texto é a gestão de Fernando Haddad (PT, 2013-atual). Os meses de julho a outubro envolveram os moradores da Mauá e militantes dos movimentos de moradia em campanhas eleitorais para eleger o petista. Na noite do mês de outubro em que foi contabilizada sua vitória nas urnas, os militantes da Mauá comemoravam, enrolados em bandeiras do Partido dos Trabalhadores. Menos de um mês depois das eleições, a Mauá amanheceu com sua fachada pintada de branco e vermelho.

Uma das primeiras medidas de Haddad foi engavetar o Projeto Nova Luz (Folha de São Paulo, 24 de janeiro de 2013). Alternativamente, ele propôs trabalhar em conjunto com o governo federal, com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida e em parcerias público-privadas (PPPs). Também foi arquivado o Plano Diretor da gestão Kassab, e convocadas as primeiras reuniões e audiências públicas para revê-lo e propor alterações nas diretrizes de desenvolvimento da política pública para o município. Pouco mais de um mês depois, o movimento de moradia organizou um grande ato de luta por moradia contra as PPPs e para exigir que os acordos com o governo fossem cumpridos. Na leitura do movimento, as PPPs não contemplam os interesses da população de baixa renda e, por isso, reivindicam a construção de 25 mil moradias por modelo de autogestão, na qual há participação popular nas decisões, e não via PPP.

O que surpreendeu a todos foi a participação não anunciada do prefeito no ato: ele subiu no carro de som, pegou o microfone e garantiu amplo diálogo com os

movimentos sociais e o movimento de moradia no encaminhamento da política pública de habitação. Assegurou que ao menos metade dos programas destinados ao centro será para Habitação de Interesse Social, ressaltando que não destinará ao centro políticas públicas somente à população de uma faixa de renda para não homogeneizar a região (Rede Brasil Atual, 17 de abril de 2013). Finalmente, em 24 de julho de 2013, Fernando Haddad assinou o Decreto de Interesse Social de alguns prédios do centro – o primeiro passo para a desapropriação desses imóveis para reformá-los e destiná-los a Habitação de Interesse Social. O prédio da Mauá foi um desses imóveis (Rede Brasil Atual, 24 de julho de 2013). À primeira vista uma conquista para a Mauá, o decreto, no entanto, deixou os movimentos ressabiados: não foram consultados, não sabem como será o processo, são muitos prédios sem destinação clara, não sabem como se dará o processo da reforma e quais serão as famílias contempladas com a HIS ao final do processo. Resta acompanhá-lo.

Considerações finais

Entre os movimentos sociais – incluídos aí os movimentos de moradia do campo da luta por moradia digna e reforma urbana –, depois de um primeiro momento entusiástico no concernente à participação institucional, a frustração com a pouca efetividade da participação (em termos de impacto na política pública habitacional) tem gerado um grande debate (e grandes divergências): continuar participando ou deixar de participar desses espaços? A resposta, geralmente, tem sido: continuar participando, de corpo presente, para fiscalizar, acompanhar e controlar, mesmo sabendo que a influência do movimento nos processos deliberativos é mínima. Estar lá, de corpo presente, parece já ser uma forma de participação.

Filadelfo (2008) lembra como, por vezes, as polarizações dicotômicas entre os movimentos de moradia e o poder público levam a interações conflituosas; ele recupera a noção de *contra-imagem*, de Bhabha (2005), e precisa: “A contra-imagem do Estado é, assim, definidora de uma identificação política dos movimentos de moradia.” (Filadelfo, 2008: 55). Essa formulação, parece-me, aproxima-se de um entendimento da política do movimento como política de resistência e diferenciação em relação ao Estado – pressupondo uma não-relação com o Estado. Nos casos aqui apresentados, contudo, estamos já partindo de uma relação: a participação no

Conselho Gestor das ZEIS, no caso dos moradores da Mauá, por exemplo, pressupõe e propõe uma relação, no mínimo espacial: pessoas vinculadas ao movimento sentam-se para discutir com pessoas vinculadas ao Estado.

A identificação dos movimentos como contra-imagem do Estado pode operar intensa e continuamente, ao fortalecer o movimento de moradia enquanto ator singular em oposição ao governo (ou Estado) e suas políticas municipais, como ocorreu durante as gestões de Maluf (1993-1996) e Pitta (1997-2000) – gestões cuja agenda de política habitacional não contemplava as reivindicações do movimento de moradia que dizia respeito ao centro da cidade; essas gestões priorizaram o atendimento a moradores de cortiços e urbanização de favelas em áreas periféricas. Mas essa mesma identificação (dos movimentos como contra-imagem do Estado) também pode operar situacional ou intermitentemente, num espaço-tempo definido, enquanto, ao mesmo tempo e de um modo geral, o movimento não está definitivamente em oposição ao governo (ou: “contra o Estado”), como aconteceu durante as gestões Erundina (1989-1992) e Marta (2001-2004) – ambas gestões reconhecidamente próximas dos movimentos sociais e nas quais, ainda assim, os movimentos se diferenciavam do Estado performativamente, com atos de rua, ocupações e nos Conselhos, apresentando suas reivindicações e fazendo a *luta*.¹²

E o que é a *luta*, que aparece tanto nas falas de lideranças e de moradores da Mauá? Os usos são de acordo com os indicados por Comerford (1999): em falas que são “denúncia ou reflexão sobre a situação de quem fala e sobre a condição dos pobres e as causas de seu sofrimento individual e também coletivo” (Comerford, 1999: 19), e também para caracterizar o cotidiano de trabalho dos pobres; sugiro, no entanto,

12 Importante ressaltar que rejeito, aqui, considerar o movimento social como cooptado pelo Estado, quando de sua participação *dentro* deste. Quando os participantes do Movimento são também vinculados ao mesmo Partido que detém a gestão da prefeitura municipal, as oposições, identificações e composições são muitas: porque são muitos os “partidos” dentro do Partido, e muitas as “militâncias” dentro do movimento. Embora sejam muitas, contudo, partilham de um mínimo comum, algo como um mínimo ético-político – que também é processual e sofre abalos (como, no caso do PT, os escândalos envolvendo processo de corrupção). No âmbito da relação com o Estado em situações de discussão e deliberação sobre a política pública, participar é tomar pra si o poder de fala, a capacidade de se colocar. Também pela participação o movimento social torna-se gestor da política pública. Há, inclusive, uma política pública federal, o Programa Minha Casa, Minha Vida, que atende camadas baixas e médias da sociedade. No que diz respeito ao atendimento às famílias de renda mensal de zero a três salários mínimos, foi criado um ramo do programa, o Minha Casa, MinhaVida-Entidades. Nesse ramo, as decisões sobre os critérios de seleção de beneficiários ficam totalmente a cargo dos movimentos de moradia. É nesse sentido que é possível dizer que o movimento social torna-se gestor (ou cogestor) da política pública. Agradeço à Luciana Tatagiba por essa indicação.

estender essa noção para um outro uso, ainda mais corrente: para caracterizar a *vida* dos pobres – qualificada por uma experiência cotidiana de precariedade, muitas vezes agravada por dramas pessoais específicos. Além disso, e ainda semelhante a Comerford (1999), *luta* também remete a uma categoria (os sem-teto) e a ações nos planos jurídico (especialmente nos litígios envolvendo processos de ocupação e reintegração de posse) e político (em ocupações, atos de rua e participação em espaços institucionais de discussão e deliberação), em benefício ou em defesa dessa categoria.

Assim, ocupação de imóveis ociosos e protestos, e participação em espaços institucionais, à parte serem práticas contraditórias ou não, são coexistentes. Isso não significa uma esquizofrenia nas relações situacionais, mas sim uma coexistência de lógicas distintas orientando a ação. Goldman (2000), em seu estudo sobre as relações entre o movimento negro de Ilhéus e o processo das eleições municipais, afirma que “as lógicas postas em ação não são nem extrínsecas (...) nem simétricas. Elas coexistem, se interpenetram, se subordinam, se opõem e se compõem (...)” (Goldman, 2000: 328). Tudo isso, talvez, conforme algo como a “lógica da luta”, no movimento, que incorporaria práticas como a ocupação de imóveis ociosos e a participação em espaços institucionais. A “lógica da luta” incorporaria tanto o “tempo da política” como o “tempo da urgência”, como propõe Blikstad (2012) e, do meu ponto de vista, é uma tentativa de não ceder a interpretações ou análises dicotômicas do estudo envolvendo movimentos sociais.

Ainda, essa abordagem de etnografar extensões e deslocamentos da relação entre movimento e administração pública exige uma requalificação da noção de política que, proponho, deve ser entendida como composta por elementos de resistência, reivindicação e prefiguração. A luta por permanecer morando no centro da cidade de São Paulo, especificamente na região da Luz, alvo do Projeto Nova Luz, pode ser claramente entendida como uma luta de resistência, um movimento de resistência em relação a um Estado e a uma política de Estado para o centro baseada na expulsão das pessoas de baixa renda e em processos de gentrificação.¹³ A luta para que especificamente *aquela* prédio, isto é, o prédio que já habitam, o prédio que é a Mauá,

13 Para uma abordagem sobre processos de gentrificação, ver Leite (2007). Para considerações sobre o centro de São Paulo, ver Frúgoli Jr. (2000). Para uma abordagem de ocupações como resistência, ver Lima (2012).

seja reformado com verba pública, via programas de política pública de habitação, é claramente reivindicativa: assume, agora, o Estado como interlocutor. Também é reivindicativa a participação dos moradores da Mauá no Conselho Gestor das ZEIS da região.¹⁴ Por fim, pintar o prédio pode ser visto como uma expressão prefigurativa, isto é, eles já estão vivendo como e onde desejam viver: naquele mesmo lugar, naquele prédio, trabalhando-o e cuidando para que seja *dignificado* – qualidade que a pintura agrega parcialmente; ele só se tornará *moradia digna* quando tiver passado pelo processo de reforma via política pública. Isto é: viver do modo como desejam viver só será possível se as três dimensões de sua ação política se completarem plenamente.¹⁵

Os moradores da Mauá, outros movimentos de moradia e outras pessoas que compõem o movimento de moradia têm seus direitos usurpados. Não têm moradia ou vivem no que chamam de moradia *precária*. Formulam sua situação como indigna, a partir da percepção de que estão tendo seu direito à cidade desrespeitado. Direito à moradia digna não é direito a um teto sobre sua cabeça; é o direito a uma moradia acoplada a outros direitos. É o direito à cidade (Lefebvre, [1968]2008), que só pode ser efetivado quando serviços públicos, como escolas, hospitais, trabalho, transporte e bens culturais podem ser usufruídos pelo cidadão na região onde mora. Para essas pessoas, não há alternativa para viver, ou seja, para existir com dignidade, isto é, existir como cidadão, que não a luta. E os moradores da Mauá afirmam isso quando escrevem na Carta Aberta da Comunidade Mauá (2012): “A ocupação Mauá é hoje sinônimo de Vida”, ou quando escrevem na parede do saguão de reuniões, no térreo da ocupação: “Quem não luta, tá morto”. Os termos do trinômio moradia-dignidade-vida são intercambiáveis nas falas das pessoas que estão na luta: “Luta refere-se a tudo aquilo que se é obrigado a enfrentar no dia a dia para viver dignamente” (Comerford, 1999: 28).

Por fim, proponho o exercício em se considerar alguma dinâmica mítica tanto nas ocupações como nos processos que criam ou enfatizam coletividades em relação. O caráter mítico aparece especialmente em narrativas e ações que visam afetar os

14 Há um extenso debate sobre a relação reivindicativa entre movimentos sociais e administração pública, pelo qual passo brevemente na Introdução de minha dissertação de mestrado (Paterniani, 2013). Recomendo a leitura de Tatagiba (2009), Dagnino (1994) e Blikstad (2012).

15 A política entendida como prefiguração está mais presente nas recentes análises sobre os movimentos de *Occupy*, principalmente nos Estados Unidos e em países da Europa. Razsa e Kurnik (2012) fazem um bom uso do termo em seu artigo sobre o *Occupy Slovenia*.

interlocutores – pessoas que estão participando pela primeira ou segunda vez de uma reunião de base, moradores numa assembleia, o poder público, o juiz ou desembargador que porta a “caneta assassina”, jornalistas, estudantes etc. Para Lévi-Strauss (1997), os mitos dizem respeito a acontecimentos que, de maneira recorrente, atualizam problemas estruturais da sociedade referida e referenciada no mito, reposicionando uma contradição fundamental e justificando posições políticas. A política de revitalização da Luz engloba/supõe/engendra um “fazer morrer” através de um “deixar viver” no abandono. A luta por direitos significa, nesse contexto, exatamente a luta pela vida, como já percebera Foucault (1988: 158): “Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito.” No caso em questão, a contradição fundamental que a temporalidade mítica das ocupações parece atualizar é a do próprio direito, na forma de lei, que versa, por definição, sobre o lícito e o ilícito. A contradição imanente a um direito calcado no biopoder cuja transgressão – ocupar – é garantida pelo próprio direito – à moradia¹⁶ –, mas cujo castigo para a transgressão – ocupar – é a morte – despejo, reintegração de posse.¹⁷ Da qual, contudo, é possível e preciso escapar pela luta.

Referências Bibliográficas

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005

BLIKSTAD, Karin. *O agir coletivo nas interfaces da sociedade civil e do sistema político: o caso da atuação do movimento de moradia de São Paulo sobre a política pública de habitação*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2012.

CAVALCANTI, Gustavo Carneiro Vidigal. *Uma concessão ao passado: trajetórias da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

¹⁶ Importante lembrar que a Constituição brasileira, promulgada em 1988, garante o direito à moradia como direito fundamental – embora este só tenha sido incluído no *caput* referente aos direitos fundamentais no ano 2000.

¹⁷ Entendo biopoder como desenvolvido por Foucault (1988: 95ss; 145-158).

COMERFORD, John. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

DAGNINO, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: _____ (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DELEUZE, Gilles. *Cinema 1 – Imagem-Tempo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

FILADELFO, Carlos. *A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRÚGOLI JR., Heitor. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez: EdUSP, 2000

GOLDMAN, Marcio. “Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do movimento negro de Ilhéus, Bahia, Brasil”. *Etnográfica*, vol. IV (2), 2000, pp. 311-332.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITE, Rogério P. *Contra-usos da cidade*. Editora da Unicamp/Editora UFS, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1997.

LIMA, Andressa Lídiccy Moraes. *Okupar, resistir e insistir: uma etnografia das práticas de ocupação urbana – Fortaleza/ Ceará*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2012.

MONTEIRO, Patricia Pereira. *Ocupação Mauá 340*. Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012. disponível em <http://issuu.com/patriciapm/docs/maua340>

PACHECO, Marcelo Golfetti. *Consciências do direito: um estudo sobre as compreensões da legalidade no contexto do projeto Nova Luz em São Paulo*. Dissertação de mestrado em Direito. Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

PATERNIANI, Stella Zagatto. *Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

RAZSA, Maple; KURNIK, Andrej. "The occupy movement in Zizek's hometown: direct democracy and a politics of becoming". *American Ethnologist*, vol. 39, nº 2, pp. 238-258, 2012.

RUI, Taniele. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

TATAGIBA, Luciana. (2009) "Relação entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente - Reflexões em torno de uma agenda preliminar de pesquisa" In: Sonia E. Alvarez, Gianpaolo Baiocchi, Agustín Laó-Montes, Jeffrey W. Rubin, and Millie Thayer. *Interrogating the Civil Society Agenda: Social Movements, Civil Society, and Democratic Innovation*. (no prelo)

Jornais e documentos

BONDUKI, Nabil. "Operação São Vito: uma demolição que é um crime contra São Paulo". *Carta Capital*. 14 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/operacao-sao-vito-uma-demolicao-quee-um-crime-contra-sao-paulo/>, acesso em 01/02/2014

CARTA ABERTA DA COMUNIDADE MAUÁ. Em defesa ao Direito a Moradia Digna, manifestamos nossa revolta diante da injusta decisão do Judiciário em despejar todas as famílias moradoras do Edifício Mauá. São Paulo: abril, 2012.

FRENTE DE LUTA POR MORADIA. *Luta pelo direito à cidade.*, outubro/2008. Colaboração para a edição: Apoio.

FOLHA DE SÃO PAULO. "Haddad engaveta plano de Kassab do Projeto Nova Luz em SP". 24 de janeiro de 2013.

REDE BRASIL ATUAL. "Haddad vai a protesto prometer diálogo com sem-teto na construção de 55 mil moradias". 17 de abril de 2013. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidades/2013/04/haddad-vai-a-protestoprometer-dialogo-com-sem-teto-na-construcao-de-55-mil-moradias>, acesso em 01/02/2014.

_____. “Prefeitura decreta prédio da ocupação Mauá como de interesse social”. 24 de julho de 2013.
disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/07/prefeitura-decreta-predio-da-ocupacao-maua-como-de-interesse-social-404.html>, acesso em 01/02/2014.